

LEITURAS DO PLANEJAMENTO URBANO NO MUNICÍPIO DE VESPASIANO - MG A PARTIR DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO

Vandeir Robson da Silva Matias
Professor do CEFET-MG
vandeir@deii.cefetmg.br

Paulo Miquéias Alves Teixeira
Professor do Sistema FIEMG
miqueias2000@yahoo.com.br

Isadora Luíza Pereira Rocha
Estudante do CET- Vespasiano
isadoraprocha@hotmail.com

Resumo

O presente artigo trata da importância do uso e da adoção de instrumentos para regulação fundiária e de forma direta analisa o Plano Diretor Participativo do município de Vespasiano que faz limite com Belo Horizonte e situa-se no vetor norte, em uma região de grande potencial para o crescimento urbano que está sujeito a intensas e significativas transformações em sua organização espacial. O vetor norte com suas futuras e atuais modificações como: a Linha Verde, o novo Centro Administrativo do Governo do estado de Minas gerais e a reabertura do Aeroporto Internacional Tancredo Neves são objetos de uma expansão urbana bastante acentuada. A realização do artigo se baseou em analisar os conceitos básicos da geografia urbana, planejamento urbano, realizar levantamentos acerca das caracterizações geográficas e analisar o Plano Diretor Participativo (PDP) de município, interpretando e criticando a adoção deste instrumento de regulação fundiária para controle desta nova expansão urbana. Foram argumentados e levantados questionamentos sobre possíveis falhas na elaboração do documento normativo. Colocamos em questionamento a atitude segregadora assumida pelo PDP, pouca importância para sua divulgação e escasso interesse da população em procurar se interar dos assuntos políticos do município onde residem. O artigo visa mostrar e confrontar a realidade com o documento, tendo como base teórica a dialética e o estudo teórico para comprovar as argumentações além de propor modificações e idéias a fim de amenizar os impactos, promovidos pela especulação fundiária, e pelo PDP no processo de segregação sócio-espacial, no espaço do município de Vespasiano.

Palavras-chave: Planejamento urbano. Plano diretor. Organização do espaço.

READINGS OF URBAN PLANNING IN THE CITY OF VESPASIANO-MG FROM THE MASTER PLAN PARTICIPATORY

Abstract

This article discusses the importance of the use and adoption of instruments for land regulation and directly analyzes the Participatory Master Plan of the municipality of

Vespasiano which borders Belo Horizonte and is located in the vector north, a region of great potential for urban growth that is subject to intense and significant changes in its spatial organization. The vector north, with its current and future changes as the Green Line, the new Government Administrative Center of the State of Minas Gerais and the reopening of Tancredo Neves International Airport are subject to a fairly sharp urban sprawl. The completion of the article was based on analyzing the basic concepts of urban geography, urban planning, surveying about the characterizations and analyze the geographic Participatory Master Plan (PDP) of the municipality, interpreting and criticizing the adoption of this regulatory instrument to control this new land urban sprawl. We argued and raised questions about possible flaws in the drafting of the normative document. Put into question the attitude assumed by segregating PDP, little importance for its dissemination and scant interest in the population seek to understand the political affairs of the municipality where they reside. The article aims to show and confront reality with the document, based on theoretical dialectics and theoretical study to prove the arguments and propose changes and ideas in order to mitigate the impacts, promoted by land speculation, and the PDP in the process of segregation socio-spatial space in the city of Vespasiano.

Keywords: Urban planning. Master plan. Space organization.

Introdução

Nos tempos atuais o espaço urbano vem se tornando o foco do desejo da maior parte da população brasileira, que procura um lugar de sobrevivência. Geralmente, parcelas significativas destas populações saem das zonas rurais, onde já não existem muitas ofertas de emprego e procuram uma melhor condição de vida nas grandes e pequenas cidades que já passaram pelo processo de urbanização, as chamadas zonas urbanas.

Na última década, o Brasil se urbanizou caracterizado pela fragmentação do espaço, ou seja, marcado pela sua divisão. Cada classe social de acordo com suas condições ocuparia um determinado lugar, tornando o espaço resultante da exclusão social e territorial. Essas modificações se refletiram no espaço. Corrêa (1999, p. 09) caracteriza o espaço urbano como sendo “fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, cheio de símbolos e campo de lutas”. Ainda para Corrêa (1999 p. 08) o espaço é “fragmentado e articulado simultaneamente”, este processo se evidencia a partir das divisões sociais, que refletem de forma significativa na organização espacial. Promovendo a apropriação do espaço de forma diferenciada pelas classes sociais, de um lado as classes de menor poder aquisitivo, ocupam espaços periféricos, carentes de infraestrutura básica e pior localização enquanto as classes privilegiadas ocupam espaços providos de uma organização espacial muito bem estruturada.

Portanto as articulações do espaço de acordo com Corrêa (1999, p. 08) se expressam de forma diferenciada “através das relações espaciais envolvendo a circulação de decisões e investimentos de capital, mais-valia, salários, juros, rendas, [...] a prática do poder e da ideologia.” Os espaços se comunicam de maneira significativa, essas relações espaciais acontecem a todo o momento. Assim como um consumidor vai à outra cidade para fazer as compras do mês, o comerciante vai à outra para comprar a sua matéria-prima. E assim o espaço apesar de fragmentado socialmente e de diversas outras formas, está também conectado de várias maneiras como, por exemplo, economicamente.

A população com melhor poder aquisitivo, demanda maior influência no espaço realizando modificações e ou adaptações necessárias de acordo com sua necessidade. O alto poder aquisitivo desta classe social gera maior influência social e política, colocando-os como importantes agentes nas decisões do Estado.

A classe economicamente favorecida, assim como a desfavorecida, constrói suas moradias de acordo com sua condição econômica, promovendo assim o reflexo de sua condição social no espaço além de também intensificar o processo de segregação sócio-espacial. Existem várias formas de construir o espaço urbano, o Estado intervém neste processo, através das cobranças de impostos, das construções de estabelecimentos públicos como áreas de lazer, repartições públicas do governo, favorecendo assim certos lugares, atraindo ou expulsando quem reside em certas áreas, gerando um espaço dividido. A principal característica de um espaço urbano é sua área densamente povoada, onde se concentram residências, vias de transporte e os locais em que se dão várias atividades econômicas e sociais da população. Formam-se assim uma grande concentração de atividades comerciais, indústrias, com muitas oportunidades de trabalho, o que distingue o espaço urbano das áreas rurais em seu entorno. Atraindo mais pessoas para estes lugares, entender essa dinâmica é essencial para se pensar o planejamento urbano e a (re) organização do espaço, como acontece no município de Vespasiano - MG.

Segregação socioespacial na dinâmica urbana

O Espaço urbano é desigual, assim com a sociedade e as classes atuam nele. Pode-se caracterizar também a Segregação como um processo característico do espaço urbano. Quando dizemos que um espaço é segregado dizemos que nele há uma série de divisões.

Leituras do planejamento urbano no Município de Vespasiano-MG a partir do plano diretor participativo

Vandeir Robson da Silva Matias; Paulo Miquéias Alves Teixeira; Isadora Luíza Pereira Rocha

Devido a esta divisão há seleção de espaços favorecidos, como próximos a comércios, escolas, áreas de lazer, providos de maior segurança, e geralmente apropriados pela classe de maior poder aquisitivo. Já a sobeja, como espaços próximos à várzea de córregos e rios, encostas, áreas de risco ambiental e “social”, ficam para a classe desfavorecida.

O Estado a partir de uma série de mecanismos atua na cobrança de impostos e taxas. Selecionando os melhores espaços para a população com melhor condição econômica. Segundo Corrêa (1999, p. 59) o primeiro processo de segregação é o residencial, que “define como sendo uma concentração de tipos de população dentro de um dado território.” Neste sentido devemos considerar uma divisão física cultural e acima de tudo econômica entre as classes e seus respectivos lugares. O Estado é o grande protagonista da Segregação por que:

A intervenção do Estado quer direta, quer indiretamente, se torna necessária. Indiretamente através do financiamento aos consumidores e às firmas construtoras, ampliando a demanda solvável e viabilizando o processo de acumulação capitalista. Diretamente, através da construção pelo próprio Estado, de habitações. (CORRÊA, 1999 p. 63).

Já para KOVARICK deve-se questionar esta intervenção, considerando que:

[...] as relações entre Estado e Sociedade Cívica [estão] invertidas: não são mais os grupos sociais que devem controlar o Estado, através de canais coletivos de representação e participação, mas ao contrário, cabe ao Estado garantir o que, na ótica dos valores dominantes, constitui a ‘boa sociedade’. (KOVARICK, 1979, p. 12)

Portanto, os processos de participação popular, não garantem total participação das sociedades nas decisões dos governos. O Estado tenta a todo o momento apropriar-se do poder para si próprio. Tomando em muitas das vezes, decisões sem a consulta da população e se ocultando da responsabilidade de como estas decisões poderão atingir a vida dos cidadãos. O Estado interfere na segregação, favorecendo ou não uma classe. Na cobrança de taxas e impostos, construção de conjuntos de habitação, permitindo a autoconstrução de barracos em lugares de risco. O Estado toma forças e se torna um dos promotores do processo de segregação.

A segregação pode ser vista como um meio de reprodução social, onde todos serão submetidos a viver em sociedade. A segregação pode gerar transformações no espaço urbano de maneira significativa. Por exemplo, quando certo local é ocupado por uma população, e

depois de algum tempo outras populações vão ocupando estas áreas, onde ocorre o que chamamos, de mutação do espaço. Criando geralmente a seguinte configuração nos grandes centros urbanos de países subdesenvolvidos, a classe dominante ocupa os centros e a classe menos favorecida ocupa a periferia, mas este papel pode se inverter com o tempo. Sendo assim:

Os terrenos de maior preço serão utilizados para as melhores residências, atendendo à demanda solvável. Os terrenos com menores preços, pior localizados, serão utilizados na construção de residências inferiores, a serem habitadas pelos que dispõem de menor renda. (CORRÊA, 1999, p. 58).

As intervenções do Estado são evidenciadas a partir da cobrança de imposto e taxas que impõe aonde a classe subordinada a sua localização. Já que estas classes muitas vezes não podem cobrir os preços de locação e ou o custo de vida de certos lugares, por serem selecionados para a classe alta. Assim surgem as favelas, vilas, conjuntos habitacionais, entre outros lugares pouca ou quase nenhuma infraestrutura urbana. Um espaço desorganizado, sendo as opções de escolha dos menos favorecidos muito pequenas.

A cidade é, em grande parte, para aquela população que consegue ter acesso às melhores parcelas urbanizadas, estruturadas, regularizadas e, sobretudo com melhores condições da qualidade de vida. Com a crescente desigualdade social, os espaços também estão cada vez mais fragmentados. Sendo que parcela significativa dos espaços e lugares das cidades possui características precárias e os lugares mais bem estruturados, que geralmente são raros, vão se tornando caros, determinando o acesso da população rica. Assim, ocupam as chamadas áreas de risco, como encostas e locais inundáveis, as áreas afastadas das áreas de lazer, como locais para shows, cinemas e shoppings e longe dos centros comerciais, como hipermercados, hospitais dentre outros. Assim caracteriza-se a divisão socioespacial. O Estado em companhia da classe melhor favorecida, como grande participante desta divisão, são os protagonistas da segregação.

A especulação fundiária que paralelo ao processo de segregação socioespacial expulsa as populações menos favorecidas, gera por consequência o acúmulo de riquezas e aumento da pobreza nas cidades, no modo de vida urbano e na urbanização. Assim o desejo da ocupação de aderir um lugar a terra se torna cara, uma mercadoria cujo valor depende principalmente da sua “localização estratégica”. Os agentes imobiliários, “definem” as localizações para a

ocupação. O aumento do preço da terra é um dos fatores que geram a Especulação Fundiária, causando a ocupação desordenada.

Resgatando o planejamento do espaço urbano

O Espaço urbano, fragmentado e segregado (social e economicamente), cria a necessidade de elaboração de políticas urbanas para organização, regulação e uniformização do espaço urbano.

O Ministério das cidades foi criado para integrar as políticas de desenvolvimento urbano. Entre estes o planejamento urbano, que é o método da elaboração e desenvolvimento de programas que procuram melhorar ou revitalizar fragmentos de espaços e lugares dentro de uma dada área urbana, lida e atua basicamente com os processos de produção, estruturação e apropriação do espaço urbano. No Brasil, na atualidade, de acordo os mecanismos e as políticas urbanas, as cidades são planejadas e desenhadas.

O Planejamento territorial urbano tem sido desenvolvido e aplicado de forma a ordenar o crescimento das cidades e minimizar os problemas decorrentes dos processos de urbanização. E tem sido curiosa a experiência brasileira em planejamento urbano, já que, geralmente, ele é demandado e elaborado após a desorganização espacial ter-se tornado uma realidade. Fazendo uma contradição ao que deveria ser o Planejamento urbano, a inexistência deste facilita a formação desordenada de favelas. O Planejamento Urbano deveria ser feito de forma a atender a necessidade da população antes que ela ocupasse os lugares de habitação. Mas como proposto, não é isso que ocorre de fato no Brasil. Antes de ocupado, deveria haver um bom saneamento básico, espaços de lazer, comércios, casas e habitações verticalizadas bem localizadas dentre outros. Mas ao contrário disso, está ocorrendo rapidamente à ocupação desorganizada desestruturando a cidade e suas periferias. O planejamento urbano lida basicamente com o conjunto de normas que regem o uso do espaço urbano assim como sua produção e apropriação, por exemplo, a elaboração de Planos Diretores, regularização fundiária, reabilitação de áreas centrais, prevenção e contenção de riscos associados a assentamentos precários, projetos de revitalização do espaço.

Os processos podem ter opiniões participativas, a população pode ajudar na elaboração destes documentos por meio de processos democráticos, as chamadas, políticas públicas participativas. O que em tese deveria contribuir para a organização humanizada do espaço

Leituras do planejamento urbano no Município de Vespasiano-MG a partir do plano diretor participativo

Vandeir Robson da Silva Matias; Paulo Miquéias Alves Teixeira; Isadora Luíza Pereira Rocha

urbano, promovendo o acesso e o entendimento acerca da terra urbanizada e transformando a cultura de exclusão territorial das cidades brasileiras. Nos processos participativos, as pessoas que não tem acesso as melhores porções do espaço urbano, tentam expor suas dificuldades e necessidades, com o intuito de que as políticas urbanas atuem em todo um lugar, sem exclusão social. No momento da elaboração do documento é importante que cada grupo social exponha suas opiniões sem repressão. No planejamento urbano territorial, torna-se necessário a formação de equipes multidisciplinares formadas de urbanistas, arquitetos, geógrafos, engenheiros, biólogos entre outros profissionais. Esta equipe deverá estar incumbida de promover uma análise das condições sócio-ambientais do terreno, da topografia, solo, fauna e flora entre outros aspectos do local a ser urbanizado para o planejamento de uma nova cidade ou de sua reconstrução.

Em realidade a participação popular em nosso país ainda é muito pouco expressiva devido à falta de interesse e conhecimento daqueles que geralmente sofrem diretamente com os investimentos e ou a falta destes em certas parcelas do espaço urbano. Devemos considerar também que uma série de interesses dos legisladores dificulta a exposição, articulação e expressão direta dos interesses populares. O cidadão se vê pressionado e obrigado a cumprir o que se determina, não tendo a oportunidade de demonstrar seus interesses e ou necessidades, diminuindo expressivamente a participação popular. Raramente uma população ou comunidade estagnada politicamente, contestam ou criticam as ações de seus governantes e apenas aceitam o que foi determinado. Neste sentido, pode-se considerar que inexiste o que de fato conhecemos como participação popular. A importância do planejamento faz-se necessário a partir do momento que procura evitar futuros problemas na estruturação de uma cidade. Importante a participação da sociedade e do Estado, para promover uma melhor qualidade de vida para os cidadãos de uma cidade.

A emergência do plano diretor participativo (PDP) no Brasil

Importante ressaltar que as cidades brasileiras, em geral, têm áreas de ocupação irregulares com deficiência nos setores habitacionais, pouca oferta de infraestrutura e serviços urbanos. Embutido ao planejamento urbano de acordo com Santos (2007, p.01) “os municípios retomaram suas autonomias político-administrativas, assumindo uma maior responsabilidade pela preservação ambiental e pelo seu planejamento e desenvolvimento

urbano”. As cidades se vêm obrigadas, principalmente as de razoável porte, a elaborar um plano diretor no paradigma do então tão conclamado desenvolvimento sustentável, a fim de propiciar aquele lugar um desenvolvimento, tanto social, quanto econômico e cultural.

Pode-se considerar o plano diretor como um documento normativo que tem como objetivo básico desenvolver as leis de uso e ocupação do município e do solo. Os PDP's podem ser definidos como um conjunto de princípios e regras orientadoras da ação dos agentes que constroem e utilizam o espaço urbano. Atende ao desenvolvimento econômico e ocupação fundiária. É o instrumento dos governos municipais voltado à definição do padrão de desenvolvimento da ocupação urbana do seu território. Apesar de, o PDP, ser uma ferramenta do Estado para o desenvolvimento de uma cidade, ele pode estar também a favor da sociedade, como uma forma de promover o debate a interação entre os diversos agentes do espaço urbano, acoplando a participação no cenário político, pois estão próximos das decisões Estatais. O Plano Diretor é proposto como:

Um esforço conjunto de todas as esferas de governo de forma integrada com a sociedade civil, com participação popular. [...] é muito mais do que um documento técnico elaborado por especialistas, como foi tradicionalmente. (SANTOS, 2007, p.01)

Através dos planos é que são identificadas e analisadas as características físicas, as atividades predominantes e vocações do espaço a ser planejado, bem como as situações problematizadas e potencialidades. Assim, em conjunto com a sociedade organizada, determinar a forma de crescimento a ser promovido, seus instrumentos de implementação e os objetivos a serem alcançados. Trata-se da ferramenta adequada à racionalização do uso dos recursos públicos para a melhoria da qualidade de vida da população e a preservação dos recursos naturais. Neste documento é tratada da organização, e de que maneira empreendimentos poderão atuar nos impactos ao ambiente. Visando à atuação da sociedade no município para atender às necessidades sociais, este pode ser considerado como instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana. Obrigatoriamente deve ser um espaço de debate dos cidadãos, tendo o caráter participativo. A elaboração dos planos diretores tem que ser amplamente informada à população,

Leituras do planejamento urbano no Município de Vespasiano-MG a partir do plano diretor participativo

Vandeir Robson da Silva Matias; Paulo Miquéias Alves Teixeira; Isadora Luíza Pereira Rocha

Divulgar amplamente a importância da realização dos planos diretores participativos e seus objetivos à população, esclarecendo as diferentes etapas de sua elaboração, na busca de alcançar maiores comprometimentos de todos os atores sociais. (SOUZA, 2006, p.08)

A divulgação para a participação popular deve ser realizada da forma que melhor possível, utilizando os diversos meios de comunicação, visando informar toda a população em seu processo de elaboração. Em relação à participação de outros órgãos,

É de suma importância envolver os vereadores e promotores do Ministério Público para garantir maior consistência, institucionalidade, legitimidade e efetividade no processo participativo para a elaboração do Plano Diretor. (SOUZA, 2006, p.08)

Porém, o envolvimento destes não supõe a falta de outros, isso convém dizer que é importante à participação da sociedade em si, por que afinal, é de suma importância estar presente os diretamente envolvidos em tal decreto. Como afirma Souza (2006, p. 09) “quanto maior a participação social amplia-se as possibilidades de colher sugestões valiosas para a elaboração dos planos diretores” esta participação deve ser separada a cada setor, para que não impeça de um setor se sentir inibido por outro e não esclarecer sua idéia. Na elaboração dos planos diretores tem que se levar em conta que em suas etapas de elaboração a linguagem e a metodologia devem ser as mais simplificadas possíveis, promovendo em primeira etapa a exposição simplificada dos objetivos, metas, dentre outros.

Segundo o Estatuto da Cidade o plano diretor é obrigatório para municípios com mais de 20.000 habitantes, integrantes de regiões metropolitanas, localidades onde o governo pretende implantar instrumentos urbanísticos de planejamento, cidades de interesse turístico e municípios que estão inseridos nas áreas de impacto ambiental. É de suma importância que municípios que se enquadram nestas descrições, façam ou providenciam a elaboração do plano. Já que este documento é importante para a organização espacial, desenvolvimento urbano, crescimento econômico, social e cultural do município.

A organização do espaço no município de Vespasiano - MG

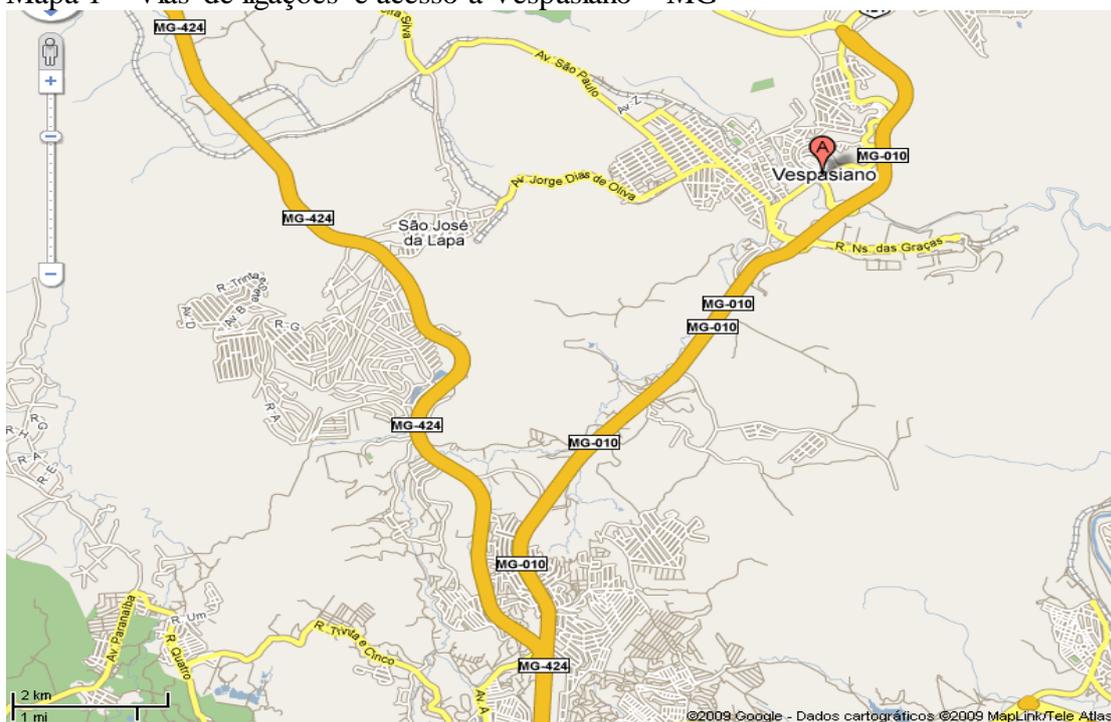
O município de Vespasiano é componente da região metropolitana de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, limita-se com as cidades de Lagoa Santa, Santa Luzia, Belo

Leituras do planejamento urbano no Município de Vespasiano-MG a partir do plano diretor participativo

Vandeir Robson da Silva Matias; Paulo Miquéias Alves Teixeira; Isadora Luíza Pereira Rocha

Horizonte, Ribeirão das Neves, Pedro Leopoldo, São José da Lapa e Confins. De acordo com (FONSECA, et. al p. 111) a cidade “[...] está situada a 680m de altitude, tendo sua posição determinada pelas coordenadas geográficas de 19°41’24,5” S e 43°55’26,5” W.” (ver Mapa I). A cidade ocupa uma área de 71 km² e de acordo com o IBGE uma população equivalente a 104.527 habitantes.

Mapa 1 – Vias de ligações e acesso a Vespasiano - MG



Fonte: Google Maps, 2009.

Duas importantes rodovias a MG10 (Linha Verde) e BR 424 (ver Mapa 2) servem o município, conectando a cidade aos principais municípios da RMBH. A partir da análise da organização geoeconômica percebe-se que as indústrias possuem papel de destaque na economia vespasianense, com forte potencial econômico que gera renda para o município e população local.

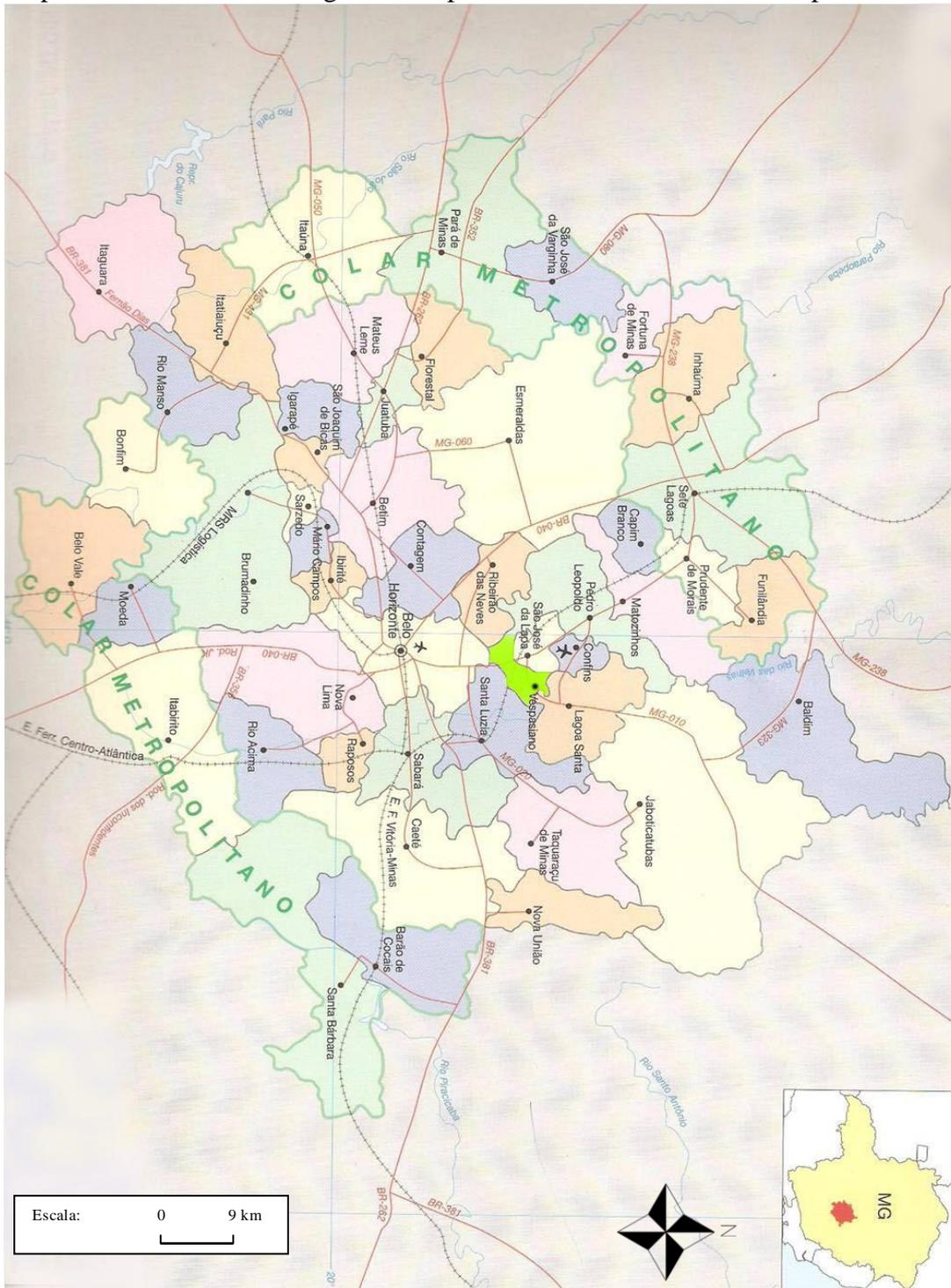
Situado próximo a Belo Horizonte além de município que compõe a Linha Verde, a cidade possui localização estratégica, por ser servida por duas importantes rodovias e também por estar próximo a capital e ao Aeroporto internacional Tancredo Neves. Vespasiano hoje conta com dois grandes e importantes distritos industriais, sendo um situado próximo ao bairro Caieiras já na região central e o outro próximo ao Conjunto Habitacional Morro Alto, na área periférica ao sul do município. As indústrias de maior porte que atuam no município

Leituras do planejamento urbano no Município de Vespasiano-MG a partir do plano diretor participativo

Vandeir Robson da Silva Matias; Paulo Miquéias Alves Teixeira; Isadora Luíza Pereira Rocha

de Vespasiano destacam-se: DELPHI, TECNOMETAL, Belgo Bekaert Arames, Cimentos LIZ, Premo Engenharia, Lafargê, Capicilim, Bramex, dentre outros de grande e médio porte. Atualmente várias empresas estão em processo de negociação e ou implantação na cidade.

Mapa 2 – Minas Gerais - Região Metropolitana de Belo Horizonte: Vespasiano.



Fonte: GIRARDI e ROSA (2005).

Leituras do planejamento urbano no Município de Vespasiano-MG a partir do plano diretor participativo

Vandeir Robson da Silva Matias; Paulo Miquéias Alves Teixeira; Isadora Luíza Pereira Rocha

A Belgo Bekaert Arames é a uma importante fabricante de arames, com uma capacidade anual de produção da ordem de 900 mil toneladas de trefilados, o que favorece em parte significativa na economia de Vespasiano. A instalação desta marca traz resultado e investimento imensurável ao município de Vespasiano. Ela contém uma estrutura moderna e atrativa. Os arames Belgo Bekaert estão presentes em produtos industrializados, como por exemplo, da indústria automobilística à agropecuária; de bens de consumo a utensílios domésticos; da construção civil à exploração de petróleo.

A “CIMENTOS LIZ (SOEICOM)” tem grande influência na economia do município de Vespasiano. Sendo uma empresa de grande porte e que traz lucros significativos para o crescimento econômico municipal. O processo de fabricação da indústria inicia com a extração de calcário, matéria prima utilizada para fabricação de cimento que existe em grande quantidade na região de Lagoa Santa e Vespasiano. Após a extração o calcário passa por vários processos e transformações até alcançar o produto final. Segundo a CIMENTOS LIZ, hoje a indústria produz aproximadamente 2.000 (duas mil) toneladas de cimentos. Já recentemente a empresa divulgou planos para sua modernização e ampliação. Importante citar a polêmica que gira em torno das emissões de poluentes realizada pela empresa.

A PREMO Engenharia, instalada em Vespasiano, numa área de 100.000 m², segundo a própria empresa, tem hoje a capacidade de produção de 2.000 m³ de peças pré-fabricadas por mês. A PREMO se baseia na tecnologia de pré-fabricação de concreto, e hoje sua área de atuação tem grande abrangência. Para o município é importante manter um investimento contínuo na qualificação e manutenção da empresa. A diversidade de peças fabricadas permite a sua utilização nos mais variados projetos. São pilares, vigas, painéis de laje, painéis de vedação, telhas, escadas, mobiliário urbano (abrigos, bocas de lobo, cabines telefônicas, muros, postes) e peças especiais fabricadas sob encomenda. Garantindo uma estabilidade econômica para o município.

A BRAMEX é a mais nova empresa que se instala no município, atraída pelas potencialidades de crescimento e também pela logística, esta empresa, distribui no Brasil uma linha de produtos para construção e indústria - ferramentas diamantadas, brocas e instrumentos de medição, entre outros.

Recentemente empresas dos ramos de Eletroeletrônicos vêm se instalando no município de Vespasiano, gerando conseqüentemente uma maior diversificação nos produtos, aumentando o mercado consumidor, a competitividade entre um comércio e outro,

Leituras do planejamento urbano no Município de Vespasiano-MG a partir do plano diretor participativo

Vandeir Robson da Silva Matias; Paulo Miquéias Alves Teixeira; Isadora Luíza Pereira Rocha

diminuindo preços e facilitando o acesso para pessoas com menor poder de compra, garantindo investimentos e impostos para a cidade.

A vinda de empresas como Ricardo Eletro, Magazine Luiza, EPA e Supermercados BH, empresas de grande porte, atraiu novas pessoas para que façam suas compras na parte central de Vespasiano, apesar de ainda haver, grande número de pessoas que saem do município para comprar na capital e cidades com comércio mais diversificado.

Leituras do Plano Diretor Participativo de Vespasiano: convergências e divergências

Na elaboração e desenvolvimento do Plano Diretor Participativo (PDP) de Vespasiano participaram uma equipe da prefeitura municipal de Vespasiano, um comitê técnico compostos de secretários e outros técnicos como: arquitetos, urbanistas, geógrafos e engenheiros da prefeitura municipal. O Plano Diretor de Vespasiano foi estruturado em quatro documentos. Subdivididos da seguinte maneira:

- No primeiro documento são apresentadas as Leis do PDP de Vespasiano, o projeto de lei do município é dividido em 17 títulos sendo os títulos 7, 8 e 9 subdivididos em capítulos. Logo em seguida estes títulos subdividem-se em artigos, abrangendo o total de 165 artigos. Segundo o projeto de Lei, os princípios básicos que o Plano diretor participativo apresenta são orientados para o desenvolvimento sustentável, a função social da propriedade, a justiça social, o fortalecimento da identidade, a autonomia administrativa municipal, a participação popular, a desconcentração da gestão, a diversidade urbana, a proteção ambiental e a inclusão tecnológica.
- Na segunda parte foram realizadas a “Seleção e Patação de Temas Prioritários, Propostas, Estratégias e Instrumentos para Elaboração do Projeto de Lei do PDP”, onde são analisados os relatórios das comissões de encontro e outros documentos relevantes ao processo de participação popular.
- Na terceira parte PDP, privilegiou-se levantamentos e caracterizações da Geografia do município de Vespasiano com aspectos físicos.
- O quarto documento que compõe o PDP “Relatório Leitura Comunitária”, abrange dados relativos à metodologia proposta para as audiências públicas e da participação popular para o exercício da cidadania, segundo a Prefeitura Municipal.

Portanto o PDP de Vespasiano foi estruturado conforme as caracterizações mencionadas acima, sob a ótica do paradigma atual de desenvolvimento sustentável. O Plano Diretor Participativo de Vespasiano é colocado em discussão no trabalho para que o instrumento legal de planejamento urbano seja fortalecido. Essa discussão é promovida a fim de confrontar a elaboração de tal documento com a realidade. Diante de uma possível ocupação desordenada no espaço de Vespasiano e possível decadência na qualidade das moradias e da qualidade de vida da população de áreas periféricas e carentes de infraestrutura básica. Os impactos negativos que podem vir a ocorrer estão diretamente associados à especulação fundiária e conseqüentemente a uma segregação sócio-espacial. Separando as populações de baixo poder aquisitivo em bairros distantes, carentes de serviços públicos básicos das populações de médio e alto poder aquisitivo em melhores espaços.

Fragmento da Lei segue em análise, embasados em estudos prévios, entrevistas e referências bibliográficas. Em seu Título I (2006, p.02):

“DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES”

Art. 1º – Fica aprovado o Plano Diretor Participativo de Desenvolvimento Sustentável Integrado do Município de Vespasiano, como instrumento básico do desenvolvimento econômico e social do Município e da garantia do cumprimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, bem como de estruturação do território municipal e de melhoria da qualidade de vida de seus habitantes, dentro de um processo de gestão integrada e democrática, envolvendo governo e sociedade, de forma a garantir uma cidade para todos que seja economicamente viável, ambientalmente sustentável e socialmente justa.

A referida lei aprovada no PDP Vespasiano tem como enfoque embasamentos do paradigma da sustentabilidade, como instrumento básico do desenvolvimento econômico. Acontece, porém, que é necessária a promoção de questionamentos acerca da base conceitual utilizada pelos elaboradores do PDP. Pois ocorre um confronto de base conceitual. É possível conseguir desenvolvimento econômico, na macro estrutura capitalista, com sustentabilidade? Preservando o meio ambiente e os recursos naturais seria possível um fortalecimento contínuo da economia de um lugar? Será possível também promover um desenvolvimento econômico e a distribuição de recursos gerados pelo capital para as populações carentes?

Para a WWF (World Wildlife Fund, ou Fundo Mundial da Natureza) Sustentabilidade é “o desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações.” O desenvolvimento sustentável

criado pelas nações unidas veio para criar uma “harmonia” entre o avanço da economia e o meio ambiente. Porém alguns questionamentos tornam-se necessários, já que o desenvolvimento econômico veio a confrontar com algumas idéias do desenvolvimento sustentável. Segundo Pereira:

A idéia do desenvolvimento se constitui em dois momentos históricos e está intimamente relacionada com o processo de racionalização que caracterizará o mundo moderno. Em um primeiro momento, a racionalidade se revela pelo objetivo econômico definido com clareza (o lucro), e pela adoção da acumulação de capital como meio de atingi-lo. (PEREIRA, 2006, p. 04).

O lucro é o principal foco e objetivo do desenvolvimento econômico a fim de acumular capital. Prossegue dizendo que “torna sistemática a incorporação de novas tecnologias, e o conseqüente aumento da produtividade passa a ser uma condição de sobrevivência das empresas.” (PEREIRA, 2006, p. 04).

O enorme potencial industrial e econômico de Vespasiano promove um significativo crescimento econômico e conseqüentemente um maior impacto ao meio. Sendo assim, em Vespasiano, surgem dificuldades para garantir baixos níveis de poluição, e de consumo de recursos naturais, que geram impactos significativos ao meio ambiente. Vespasiano é uma cidade com potencial econômico muito elevado e tende a crescer cada vez mais com as modificações do Vetor Norte da RMBH (Região Metropolitana de Belo Horizonte).

Um conflito surge quando o PDP propõe uma melhor qualidade de vida de seus habitantes e uma sociedade justa. O desenvolvimento econômico acelerado poderá trazer danos às populações carentes, promovendo a segregação e exclusão da sociedade menos favorecida. Com isso, os benefícios gerados pelo desenvolvimento podem permanecer concentrados nas mãos das populações com mais alto poder aquisitivo. Deixando a população de baixa renda as margens do processo de desenvolvimento econômico.

Os artigos 20 e 21, do PDP Vespasiano Capítulo 3 (2003, p. 09), tratam:

DA MORADIA

Art. 20. Os Serviços de Arquitetura e Engenharia Pública deverão compor as modalidades de atuação municipal quanto à produção de moradias, principalmente de baixa renda, e espaços públicos.

Art. 21. Deverão ser evitados os grandes conjuntos habitacionais, por sua falta de identidade e baixa qualidade do espaço produzido. As inserções de menor escala nos espaços urbanos consolidados são mais adequadas para localização de habitação popular.

Leituras do planejamento urbano no Município de Vespasiano-MG a partir do plano diretor participativo

Vandeir Robson da Silva Matias; Paulo Miquéias Alves Teixeira; Isadora Luíza Pereira Rocha

Perceptível e nítido no Art. 21 do PDP, a proposta adquire uma atitude segregadora, no qual se propõe a idéia de se evitar a construção de conjuntos habitacionais nos espaços urbanos consolidados. Se quisermos construir uma cidade justa socialmente, devemos pensar que pessoas com menor poder aquisitivo precisam estar próximas dos equipamentos públicos como escolas, hospitais, áreas de lazer e esporte. Que se concentram em maior número nos grandes centros urbanos. Proibindo a inserção de conjuntos habitacionais, onde pessoas de menor poder aquisitivo poderão adquirir seu espaço de moradia? Iriam eles pras periferias da cidade? Para locais de risco?

Para Corrêa (1999, p.63) a segregação pode ser produzida pela classe dominante e pelo Estado, neste caso evidencia-se a segregação estatal que se consolida através da Prefeitura Municipal com seu instrumento de planejamento urbano, o PDP. O autor complementa ao dizer que “em relação onde morar é preciso lembrar que existe um diferencial espacial na localização de residências vistas em termos de conforto e qualidade”. As mais próximas do centro urbanos e ou dentro deles, serão melhores estruturadas. E ao redor dos grandes centros os espaços e lugares ficarão para a sobeja.

O PDP deveria garantir a justiça social, na ocupação e apropriação do espaço urbano, mas a contradiz, promovendo a segregação, pois se torna injusta com a classe de menor poder aquisitivo. Sendo mínimas as condições de esta poder adquirir seu espaço, onde a economia surge mais forte e os meios de produção estão concentrados. Para Corrêa (1999, p 66) “A segregação residencial implica necessariamente em separação espacial das diferentes classes sociais fragmentadas.” A divisão neste caso se evidencia. Pois, na maioria das vezes o que as classes de menor poder aquisitivo ocupam são os conjuntos habitacionais, áreas de ocupação irregular e locais afastados dos centros. Como confirma Corrêa:

Os grupos sociais excluídos têm como possibilidades de moradia os densamente ocupados cortiços localizados próximos ao centro da cidade – velhas residências que no passado foram habitadas pela elite e que se acham degradadas e subdivididas – a, casa produzida pelo sistema de autoconstrução em loteamentos periféricos, os conjuntos habitacionais produzidos pelo Estado, via de regra também distantes do centro, e a favela. (CORRÊA, 1999, p. 29-30)

Importante ressaltar nesse momento o surgimento das favelas. A população menos favorecida encontra como solução, se abrigando aos arredores do centro para garantir sua sobrevivência. Como expõe Corrêa (1999, p. 30) “é na produção da favela, [...], que os grupos

sociais excluídos tornam-se, efetivamente, agentes modeladores, produzindo seu próprio espaço,” e conseqüentemente causando a baixa qualidade do espaço produzido.

No TÍTULO 2 do PDP “DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO” em seu artigo 2º: “São princípios do Plano Diretor Participativo do Município de Vespasiano;” a §VII. “A participação popular”. É ainda muito pouco expressiva no processo participativo do plano, já que poucas pessoas reconhecem a existência deste documento de lei e pouco sabe sobre sua elaboração. Novamente nos dizeres de Souza:

Divulgar amplamente a importância da realização dos planos diretores participativos e seus objetivos à população, esclarecendo as diferentes etapas de sua elaboração, na busca de alcançar maiores comprometimentos de todos os atores sociais. (SOUZA, 2006, p.8).

Estas idéias reforçam a importância da participação popular no processo de elaboração, fiscalização, continuidade e aplicabilidade das propostas e leis aprovadas no PDP. Papel que atualmente inexistente em Vespasiano e ou é muito pouco divulgado, devido à falta de informação dos habitantes. Importante ressaltar também a troca de gestão realizada já no início de 2009. O PDP também trata de construções de estabelecimentos, programas de suporte e utilização de instrumentos para melhoria da qualidade de vida da população. Mais uma vez, constata-se que não foram realizadas manifestações de grandeza significativa para retratar o que o plano propõe.

Portanto, torna-se necessário que o PDP de Vespasiano tem deve ser colocado mais em evidência, sendo divulgado para se tornar um instrumento popular.

Considerações Finais

Foi realizada ao longo deste trabalho uma série de observações e análises sobre o Plano diretor participativo de Vespasiano, bem como a organização e configuração espacial do município, além da atual conformação e os impactos promovidos pela lei do PDP na cidade. Importante ressaltar que as discussões e análises acerca dos temas propostos neste trabalho não se encerram com estas considerações finais, pois devem servir de elemento instigador para que a partir destas análises sejam criados e ou desenvolvidas outras pesquisas. Os resultados alcançados e suas respectivas análises estão sintetizados a seguir.

Leituras do planejamento urbano no Município de Vespasiano-MG a partir do plano diretor participativo

Vandeir Robson da Silva Matias; Paulo Miquéias Alves Teixeira; Isadora Luíza Pereira Rocha

Acerca do Plano diretor participativo de Vespasiano, sob a ótica da dialética sócio-espacial, podemos considerar que um fator relevante da elaboração de um Plano Diretor Participativo é sua própria divulgação e participação popular. Este trabalho coloca em questionamento a falta de divulgação e interesse da população residente de Vespasiano em se integrar dos assuntos políticos e sociais tratados no Plano. O número é pequeno quando se refere às pessoas que realmente reconhecem a importância deste documento e ou que procuraram participar ativamente em seu processo de elaboração. Muitos não sabem até de sua existência e de seu significado para as políticas urbanas públicas.

Com isto, a divulgação poderia ser realizada através dos diversos jornais locais que circulam por Vespasiano. Onde poderiam servir como um importante veículo para divulgação destes assuntos, como as datas e horários das reuniões, encontros e seminários para elaboração do Plano Diretor Participativo com a população, a sintetização dos resultados de reuniões anteriores, fazer enquetes para saber a opinião da população, dentre outros. Medidas próximas destas poderiam entrar em vigor, já quem sabe na elaboração do próximo PDP de Vespasiano.

O objeto de regulação fundiária legal, que pode de forma ativa ter participação popular de grupos, associações de moradores, etc. Deve colocar em evidência as reais necessidades dos diferentes lugares do município, a partir da ótica e das conclusões “orientadas” da população vespasianense. Principalmente daqueles desprovidos de informação e do conhecimento acerca dos aspectos legais. Pois necessidades reais como: moradia, saúde, educação, lazer, entre outros problemas do seu respectivo bairro, seriam levantados e futuramente tratados, uma verdadeira participação popular. Afim de que, através do Plano Diretor Participativo, se possível, procure e encontre uma solução para áreas com precariedade de urbanização, além de outros agravantes sociais.

As áreas determinadas no plano, utilizadas de forma a caracterizar um terreno e uma possível potencialidade para este, como por exemplo, áreas centrais, áreas de ocupação multifamiliar e unifamiliar, área de instalação de indústrias, dentre outras são denominadas Macrozonas. Este modelo adotado pelo PDP e de seus idealizadores, deveria ser bem divulgado para garantir amplo conhecimento da população Vespasianense. O que poderia ser realizado com uma ampla distribuição e acesso irrestrito dos mapas do Plano Diretor.

A divulgação poderia ter sido realizada pelas secretarias municipais, pela Câmara de Vereadores, utilizando outros equipamentos públicos como: escolas, postos de saúde, etc.

Leituras do planejamento urbano no Município de Vespasiano-MG a partir do plano diretor participativo

Vandeir Robson da Silva Matias; Paulo Miquéias Alves Teixeira; Isadora Luíza Pereira Rocha

Com isso, possivelmente observará uma redução e ou maior preocupação da população na construção de moradias e ou outros imóveis, em locais de áreas de riscos e ou impróprias para aquele fim. O que acarretaria em uma espécie de “prevenção” de impactos negativos à urbanização, reduzindo os problemas decorrentes de uma ocupação desordenada.

Um fator relevante e positivo, que merece ser destacado é a ação tomada pela comissão organizadora do plano que agiu de forma correta ao resolver compactar em um CD-ROM o PDP, o que facilitou o acesso de muitas pessoas e instituições da cidade, porém faltou a esta comissão divulgação mais ampla a sociedade da existência deste CD – ROM.

Os impactos promovidos pela atitude segregadora assumida no plano deve ser revisada, a fim de evitar impactos sociais negativos à população economicamente desfavorecida, de maneira que a espoliação urbana não ocorra. A população de menor poder aquisitivo, tanto aqueles que já possuem seu lugar de moradia quanto àqueles que ainda não o possuem, devem ser orientadas pelos órgãos competentes e por pessoal capacitado do município, com o intuito de orientar sobre o processo de ocupação e de construção. A importância deste processo faz com que evite desorganizar o espaço e suas respectivas parcelas no município de Vespasiano. Técnicos, graduados e especialistas em urbanização ou em outras questões ambientais, devem ser constantemente consultados e se possível até mesmo contratados, para compor na cidade uma equipe multidisciplinar e ou transdisciplinar, em conjunto com os órgãos da prefeitura e representantes da cidade. Para dirimir questões oriundas dos impactos provenientes do acelerado processo de urbanização que vêm sofrendo o Vetor Norte da RMBH, além do expressivo crescimento demográfico dos últimos anos. As populações favorecidas ou não favorecidas economicamente podem e devem ocupar seus respectivos lugares de forma socialmente justa e principalmente com segurança e disponibilidade de recursos para sua vivência digna e justa.

O desenvolvimento urbano do município poderá trazer aspectos positivos para o crescimento econômico da cidade, o que deverá atrair novas pessoas e gerar maior densidade demográfica. Extremamente relevante, torna-se um planejamento urbano mais eficaz e bem elaborado para que possivelmente problemas ambientais na cidade, como: ocupação desordenada, falhas na segurança, aumento dos índices de criminalidade, vagas em escolas, superlotação das unidades de saúde, etc.

Os benefícios do planejamento urbano na cidade devem ser socializados, disponibilizando a população carente um espaço bem estruturado e humanizado, um lugar

Leituras do planejamento urbano no Município de Vespasiano-MG a partir do plano diretor participativo

Vandeir Robson da Silva Matias; Paulo Miquéias Alves Teixeira; Isadora Luíza Pereira Rocha

para viver e não apenas sobreviver. A carência de técnicos e mão-de-obra especializada é antiga em Vespasiano, porém nestes últimos anos capacitar os recursos humanos da cidade, são premissas básicas para aliar crescimento econômico com desenvolvimento social. Não só para atender as grandes empresas, indústrias e comércios que podem atuar no município e ou já estão atuando. Com a instalação da Cidade Administrativa do Governo de Minas Gerais e a reabertura do Aeroporto Internacional Tancredo Neves, Vespasiano torna-se espaço estratégico para a região. A Prefeitura Municipal de Vespasiano têm um dos mais relevantes papéis para promover a atração de indústrias, além de possuir poder suficiente para negociar com as atuais e também as novas indústrias, postos de trabalho para a população local, a fim de gerar maior volume de capital que deverá circular na própria cidade. Este processo poderá favorecer o comércio local e gerando maior arrecadação para a prefeitura.

A escola CT-Vespasiano, unidade conveniada do CEFET-MG, que se instalou na cidade a partir de 2008, merece atenção especial, pois já deverá formar no ano de 2011, um número considerável de técnicos em Mecatrônica e Eletrotécnica, capacitados para servir de mão-de-obra especializada as indústrias do município. As forças políticas de Vespasiano devem, porém tomar como ação e objetivo comum de federalizar a unidade. Para promover a ação de capacitar a população e principalmente os jovens para o trabalho e para atender a demanda de capital humano da região. Outras medidas devem ser adotadas para manter ativo o potencial atrativo das indústrias no município. Como é o caso da oferta de energia elétrica que têm de ser ampliada, torna-se necessário então, promover melhorias na rede de distribuição de energia para as empresas e para os domicílios, já que existem muitas quedas de energia no município. O gás natural também pode e deverá ser mais um dos fatores relevantes nesta condição, pois muitas empresas podem utilizar este recurso na sua produção.

Referente os mapas elaborados no PDP de Vespasiano, foram definidas Macrozonas, elaboradas com o intuito de classificar os espaços, levando em consideração o tipo de solo, as potencialidade do terreno, entre outros aspectos. Como por exemplo, áreas de ocupação multi e uni familiar, áreas de ocupação industrial, áreas de preservação ambiental, entre outras Macrozonas especificadas e definidas pela comissão organizadora do PDP Vespasiano. O mapa que define as Macrozonas de Vespasiano, de forma geral, tem como objetivo compartimentar e classificar os espaços da cidade.

A falta e/ou escassez de informações e publicação, traz pontos negativos ao PDP, e afeta a população pela falta de informação. Outro ponto relevante é a utilização de métodos e

Leituras do planejamento urbano no Município de Vespasiano-MG a partir do plano diretor participativo

Vandeir Robson da Silva Matias; Paulo Miquéias Alves Teixeira; Isadora Luíza Pereira Rocha

artifícios que complicaram a interpretação do mapa, como exemplo, a legenda com o emprego de siglas, termos e expressões técnicas, que resulta num mapa complexo. Os mapas em questão deveriam informar de maneira clara e objetivo aos leitores os principais equipamentos públicos da cidade e pontos de referências, destacando-os e nomeando-os como, por exemplo, indústrias e estabelecimentos mais conhecidos, escolas, unidades de saúde, dentre outros. A fim de facilitar a localização de ruas, bairros, e regiões. O que também deixou de ser mencionado. O nome de cada bairro e sua delimitação deveria ter sido realizada o que não ocorreu, dificultando ao mesmo tempo o entendimento e a leitura das informações geradas nos mapas.

Alguns erros levantados a partir de informações do mapa de Macrozoneamento devem ser destacados. Dentre estas, deveriam ser utilizadas cores adequadas para representação de algumas das Macrozonas definidas. Um exemplo disto seria a utilização da cor azul claro, que em muita das vezes, confunde a interpretação das informações espaciais para os leitores. Verificou-se também a utilização de simbologia e abreviações inadequadas e ou de grande complexidade, o que inviabiliza o entendimento das informações daqueles que não tem conhecimento prévio. Já com relação às cores utilizadas, muitas se confundem umas com as outras.

As informações e conclusões obtidas a partir das análises cartográficas realizadas nos mapas do PDP Vespasiano não têm como objetivo desconstruir e ou desmerecer o trabalho realizado pela equipe e pelos colaboradores do projeto. As considerações acerca dos possíveis erros cartográficos revelam a real necessidade de correções e também de ampla divulgação para toda a população Vespasianense, dos resultados deste trabalho. Portanto as análises levantadas têm como objetivo identificar e possivelmente repassar aos organizadores essas considerações.

O presente trabalho teve como proposta tratar da importância do uso e da adoção de instrumentos para regulação fundiária e de forma direta analisa o Plano Diretor Participativo do município de Vespasiano. Já que o município esta instalado numa região de grande potencial para o crescimento urbano, além de esta sujeito as intensas e significativas transformações em sua organização espacial. Os resultados alcançados propiciaram uma melhor interpretação do PDP que poderão ser utilizados futuramente, para que este importante documento seja cada vez, mas aprimorado de forma a garantir a população Vespasianense uma organização fundiária bem elaborada e com equidade social. Neste sentido o tema

Leituras do planejamento urbano no Município de Vespasiano-MG a partir do plano diretor participativo

Vandeir Robson da Silva Matias; Paulo Miquéias Alves Teixeira; Isadora Luíza Pereira Rocha

proposto não se encerra, abre apenas as portas e idéias para que novos debates sejam elaborados, novas formas de discussão sejam feitas e novas críticas sejam exploradas.

Referências

BRASIL. Fundação IBI tecnologia alternativa. **Plano Diretor Estratégico Participativo, Diagnóstico e Tendências, Leitura Técnica**, Vespasiano, 2005.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**, 4. Ed. São Paulo: Ática, 1999.

FONSECA, Viana; et al. **Vespasiano nossa terra, nossa gente**. Vespasiano, 1999.

GIRARDI, Gisele e ROSA, Jussara Vaz. **Novo Atlas geográfico do estudante**. São Paulo: FTD, 2005.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, 202 p.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **O conceito histórico de desenvolvimento urbano**. Disponível em: www.bresserpereira.org.br//08. Conceito Histórico Desenvolvimento. 31.pdf> Acesso em: 18 fev. 2009.

SANTOS, Milton. **Economia Espacial: Críticas e alternativas**. São Paulo: Hucitec, 2007. P. 111-133.

SOUZA, Lucas Gomes; et al. **Banco de experiências de planos diretores participativos**. Disponível em: <http://www2.cidades.gov.br/images/stories/Processo%20participativo%20para%20elaboracao%20do%20plano%20diretor_Tangara%20da%20Serra_MT.pdf> Acesso em: 13 dez. 2008.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **De ilusão também se vive: Caminhos e descaminhos da democratização de planejamento e da gestão urbanas no Brasil**. (1899/2004). In: XI Encontro nacional da ANMPUR. Salvador, 2005.

WWF BRASIL. **O que é sustentabilidade?** Disponível em: <http://www.wwf.org.br/informacoes/questoes_ambientais/desenvolvimento_sustentavel/>. Acesso em: 17 mai. 2009.

VESPASIANO; Prefeitura Municipal. **Plano Diretor Participativo do município de Vespasiano: projeto de Lei**; Vespasiano, 2006.